

Livramento, 18 de junho de 1951.

LEI Nº 119, DE 18 DE JUNHO DE 1951

Concede isenção de impostos ao  
"Palácio do Comércio" da Associação  
Comercial de Livramento.

CONCESSO CASSALES, Presidente da Câmara de Vereadores, no  
exercício do cargo de Prefeito Municipal de Livramento.

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no artº 50, inciso  
II, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e  
eu sanciono a seguinte Lei:

Artº 1º - É concedida à Associação Comercial de Livramen-  
to isenção de todos e quaisquer impostos municipais que recaiam sobre  
o terreno que lhe foi doado pela Prefeitura Municipal de Livramento e  
situado à Avenida Rio Branco esquina da rua Tamandaré e sobre as edi-  
ficações que nêle forem levantadas, enquanto durarem as obras de cons-  
trução do "Palácio do Comércio".

Artº 2º - É concedida, outrossim, à mesma Associação Co-  
mercial de Livramento isenção, pelo prazo de quinze (15) anos, de -  
todos e quaisquer impostos municipais que recaiam ou venham a recair  
sobre o "Palácio do Comércio" a ser construído no aludido terreno que  
lhe foi doado.

§ 1º - Esse prazo de quinze (15) anos começará a ser contá-  
do da data em que, por completamente terminada a construção do "Palá-  
cio do Comércio", fôr expedida a autorização de "Habite-se" para todo  
o prédio projetado.

§ 2º - Caso o prédio do "Palácio do Comércio" seja construí-  
do em duas etapas, o prazo de quinze (15) anos começará a correr da  
data do "Habite-se" dado para toda a primeira etapa concluída.

Artº 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Livramento, 18 de junho de 1951.

(As.) Concesso Cassales

Concesso Cassales  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

(As.) Silvio Bueno Vares

Silvio Bueno Vares  
Secretário



É cópia autêntica

*[Handwritten signature]*